



HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO GOIANA: o centro de formação de professores de Inhumas

*SANTOS, Keila Garcia dos
MOREIRA, Cleumar de Oliveira*

GT3 – Formação de professores

Resumo: Este estudo apresenta uma revisão bibliográfica que faz parte das reflexões necessárias para a construção de um trabalho monográfico desenvolvido no curso de Pedagogia, que tem como foco contextualizar a História da Educação no Brasil, sobretudo em Goiás, a partir da implantação do Centro de Formação de Professores na cidade de Inhumas. Como recurso metodológico lançar-se-á mão da investigação histórica, com base em pesquisa documental, uso da dialética, entrevistas e leituras bibliográficas referentes à formação docente, sobretudo, com especialidade na práxis da supervisão. Como fundamentação teórica utilizar-se-á Niskier (2001), Azevedo (1976), Serrão (1982) e Holanda (1989), Íria Brzezinski (1987), dentre outros. Com essa pesquisa, diga-se de passagem, inédita, espera-se contribuir com a história da Educação em Goiás, trazendo à tona informações ainda não reveladas pela historiografia da educação em nosso Estado. Ainda, espera-se que o objeto analisado ofereça condições para compreender o processo de formação de professores supervisores em Goiás; os impactos pedagógicos-educacionais gerados na região a partir do funcionamento da Instituição em tela; enfim, os processos de inauguração e encerramento de suas atividades em Inhumas.

Palavras-chave: História da Educação. Formação de Professores. Práxis da Supervisão.

1. Introdução

O interesse por esta pesquisa começou de uma curiosidade e reflexão do tema que foi discutido em sala de aula, de não haver informações em relação ao Centro de Treinamento de Magistério no estado de Goiás, e especificamente em Inhumas e de profissionais da educação que contribuíram, e que participaram deste fato tão importante naquela época. Quando chegou o momento de definir o tema para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a lembrança daquele questionamento voltou e o interesse por investigar o tema se reavivou, mesmo porque, gostaria de estudar um tema que julgava, realmente, importante.

Desse modo, visando investigar a história da educação goiana a partir da formação de profissionais do Magistério no Estado, e que se propôs este objeto de estudo, a implantação do “Centro de Formação de Professores de Inhumas”.



Assim, mesmo consciente que este estudo ainda está em construção, externo que o primeiro capítulo, que ora apresento, já está concluído, e que o fulcro é estabelecer referências históricas epistemológicas, pautadas na releitura e na investigação da História da Educação Brasileira entre os períodos da Colônia até as vésperas da proclamação da República.

2. Opções metodológicas

Ainda, em fase inicial, este trabalho de pesquisa começou pela definição do problema. Nesse sentido, a questão principal que norteia este estudo é a formação de professores-supervisores em Inhumas. A partir de um levantamento bibliográfico acerca da formação de professores, começando na época colonial brasileira, pretende-se compreender como, historicamente, foi sendo construída a práxis docente.

No segundo momento, será feito um estudo das leis do Ministério da Educação (MEC), bem como a legislação e o Plano Trienal de Educação do governo presidencialista de João Goulart, que previa ao lado de medidas de caráter financeiro e de assistência técnica aos estados e municípios, a criação de Centros de Treinamento do Magistério, que deveriam oferecer cursos de aperfeiçoamento aos professores que trabalhavam na rede pública de ensino primário. Através destes Centros de Treinamento, o governo federal estimulava a formação de professores supervisores, profissionais que seriam responsáveis pelo acompanhamento de até dez professores leigos em seus locais de trabalho.

No terceiro momento, a pesquisa documental, que envolve a busca de informações em períodos e relatórios, porque Inhumas foi um interior de Goiás escolhido para a construção do CTM, além disso, buscar-se-á, também, compreender como se deu a doação do terreno para a construção e funcionamento do CTM (atividades aqui realizadas), bem como sua desativação e sua pré-emancipação e professores que fizeram a diferença na educação de Inhumas. O uso da técnica da história oral (aplicação de entrevistas guiadas) possibilitará desvendar momentos históricos significativos acerca da história da Instituição, bem como preencherá lacunas não preenchidas pelas fontes oficiais (documentos escritos).

3. História da educação brasileira: da colônia ao advento da Proclamação da República



Este artigo tem como proposta descrever a respeito dos processos de criação e implantação da ordem jesuítica no ocidente, bem como identificar os métodos de ensino propostos por essa ordem, tanto no cenário “metropolitano” quanto nos territórios coloniais, especificamente no Brasil. Também, serão analisadas as “possíveis” transformações sociais, políticas, econômicas e culturais promovidas pelo jesuitismo na Colônia. Outra vertente será a “reforma pombalina”, enquanto novo sistema pedagógico a ser implantado no Brasil (expulsão dos jesuítas e laicização do ensino). Por fim, tratar-se-á do cenário educacional brasileiro a partir da chegada da família real portuguesa na América.

3.1 Criação da Companhia de Jesus e seus métodos de ensino

A Companhia de Jesus, segundo Sousa (2003), foi uma ordem religiosa fundada na França, na Idade Moderna, por Inácio de Loyola, em 1534. Essa ordem surgiu a partir da mobilização de estudantes de teologia que se preparavam para realizar trabalhos missionários na Palestina.

Coube a Inácio de Loyola reformular o programa “pedagógico-militar” acrescentando componentes pedagógicos às atividades missionárias de colonização (expansão da doutrina católica). Em 1540, a Companhia de Jesus foi oficializada; e 10 anos mais tarde, o Papa Júlio III, homologaria por via bula papal sua representação. Segundo Rodrigues (apud SOUZA, 2003, p. 5):

Todo aquele que nesta nossa Companhia, que desejamos seja assinalada com o nome de Jesus, quiser militar como soldado de Deus debaixo da bandeira da cruz e servir ao único Senhor e ao romano Pontífice, vigário seu na terra, depois de fazer voto solene de castidade perpétua, assente consigo que é membro de uma Companhia, sobretudo fundada para de um modo principal procurar o proveito das almas na vida e doutrina cristã, propagar a fé pela pública pregação e ministério da palavra de Deus, pelos exercícios espirituais e obras de caridade, e nomeadamente ensinar os meninos e rudes as verdades do cristianismo, e consolar espiritualmente os fieis no tribunal da confissão.

De acordo com a citação de Rodrigues (apud SOUZA, 2003), a Companhia de Jesus, na sua gênese de formação, primava exclusivamente pela expansão da doutrina católica, e não pelo viés pedagógico (discurso mitificado pela historiografia brasileira). O interesse pela alfabetização no nativo e dos colonos foi secundarizado, e este não passou de mero discurso



XIV SEMANA DE LETRAS
XVI SEMANA DE PEDAGOGIA
II SIMPÓSIO DE PESQUISA E EXTENSÃO (SIMPEX)

ideológico daquela instituição, a fim de atender os interesses das empresas coloniais sediadas no Brasil.

Os “jesuítas preceptores” tinham formação fundamentada na moral e nos costumes religiosos. Era necessário cumprir o ritual de conversão, em que o clérigo consagrava seu corpo e sua alma aos interesses da Companhia (consciência, meditação, contemplação, oração e outras operações espirituais contidas na doutrina).

O “professor jesuíta” era preparado para enfrentar desafios materiais e espirituais. Deveria apresentar disposição e desprendimento de alma para com o projeto colonial. Deveria eliminar afeições desregradas (mundanas), e se apegar às vontades sagradas, para promover a salvação das almas no Novo Mundo.

A formação intelectual jesuítica dar-se-ia através da formação básica, sobretudo da aquisição de uma visão global do mundo. Era apresentado aos formandos um plano de estudos conhecido por *Ratio Studiorum*. Este era composto por 07 disciplinas, divididas em 02 módulos, o *trivium* (Gramática, Retórica e Dialética); e o *quadrivium* (Aritmética, Música, Geometria e Astronomia).

Porém, para formar-se professor, era necessário dedicar mais 05 anos aos estudos de Humanidade. Este era correspondente ao curso secundário e nele o formando tinha aulas de Gramática Inferior (1º Ano); Gramática Média (2º Ano); Gramática Superior (3º Ano); Humanidades (4º Ano); e Retórica (5º Ano).

Após a formação na área de Humanidade, os estudos continuavam focados na formação literária (Latim, Grego e Hebraico). Por fim, recebiam formação filosófica para o exercício do Magistério, este período carecia de mais três anos de estudo e dedicação.

Aqueles que iriam ministrar aulas no Ensino Superior ficariam mais quatro anos aos estudos de Teologia, e mais dois anos na disciplina que iria especializar. Por todo esse preparo prescrito no *Ratio Studiorum*, Monroe (1984, p. 185) afirma:

[...] aqueles que melhor se adaptavam ao ensino eram escolhidos para este serviço permanente. Como membros eram homens escolhidos, logo de início, a ordem obteve um corpo selecionado de professores, muito superior aos de quaisquer outras escolas do seu tempo.

Assim, após cumprir este protocolo de formação, o clérigo estaria preparado para começar suas atividades, ou seja, sua profissão.



3.2 Chegada dos jesuítas ao Brasil e o começo da educação

Com a chegada dos jesuítas, em 1549, no Brasil, inaugurou-se o exercício da prática do magistério na Colônia. O primeiro grupo de jesuítas, que aportou na América portuguesa, chega com o Governador-Geral Tomé de Sousa.

A Companhia de Jesus no Brasil esteve representada, em sua fase demiurga, pelo padre Manuel da Nóbrega. Ele permaneceu à frente desta Ordem de 1549-1559, após este recorte temporal foi substituído por Luís de Grã, de 1559 a 1569. O padre Manuel da Nóbrega e demais integrantes da Companhia de Jesus fundaram, na Bahia, em agosto de 1549, a primeira “escola de ler e escrever” brasileira. Desse modo, mantiveram controle sobre o ensino, a sociedade e a política na Colônia.

Os jesuítas gozaram de total proteção da elite colonial brasileira, o que lhes permitiu monopolizar o poder. Segundo Holanda (1989, p. 138), “a implantação das escolas jesuíticas em nosso meio decorreu, de um lado, dos propósitos missionários da Companhia de Jesus, e, de outro, da política colonizadora inaugurada por Dom João III”.

Desde que chegaram ao Brasil, e estabeleceram “as escolas de ler e escrever”, os estudos eram de um rigor extraordinário. O ensino inspirava-se nos moldes escolástico-aristotélicos. O ensino era executado, obedecendo aos princípios de ordem, disciplina, rigidez, autoritarismo, compromisso, entre outros. Objetivava-se implantar um ensino semelhante ao regime de educação portuguesa.

Os objetivos do ensino jesuítico no Brasil era expandir o ensino nos colégios, seminários, e formar a elite conservadora brasileira, bem como rechaçar o avanço das doutrinas protestantes comerciais, na Colônia.

Através da obra de educação popular, nos pátios de colégios e/ou em aldeias, os jesuítas formaram e organizaram os primeiros fundamentos pedagógicos do sistema de ensino brasileiro. Enquanto estratégias adotadas observam-se a busca pela conversão dos “gentios”, através da ocupação de aldeias; e a promoção da catequização. Nesse ínterim, os jesuítas não só catequizavam os nativos, mas asseguravam a cristalização da fé católica, a deculturação do nativo e o monopólio da extração das “especiarias do sertão”.

Transmitiram, segundo Azevedo (1963, p. 93), “quase na sua integridade, o patrimônio de uma cultura homogênea, a mesma língua, a mesma religião, a mesma



concepção de vida e os mesmos ideais de homem culto”. A cultura indígena, não somente a língua, foi lentamente sendo substituída por outra cultura, de acordo com o modelo jesuítico, com isso aos poucos a cultura nativa foi aniquilada.

O padre Manoel de Nóbrega dedicou-se 41 anos aos trabalhos de catequização e evangelização dos indígenas brasileiros, o que lhe valeu o título de “Primeiro Mestre-Escola do Brasil”. Contudo, conforme destacam Azevedo (1976), Serrão (1982) e Holanda (1989), “a Companhia de Jesus não foi a única ordem religiosa a dedicar-se aos trabalhos de conversão na Colônia brasileira. Franciscanos, carmelitas e beneditinos, também, se instalaram no Brasil. Porém, coube aos jesuítas o maior destaque, pois foram pioneiros nesta terra”. Os outros segmentos religiosos se instalaram, e iniciaram seu trabalho, somente por volta de 1580, e, diferentemente dos jesuítas, não se dedicaram às questões educacionais.

Assim, pode-se afirmar que os jesuítas possuíam um projeto educacional, que, apesar de estar subordinado ao projeto português, tinha determinada autonomia, e foram fundamentais para o projeto colonial, contribuindo para que o governo português atingisse seus objetivos no processo de colonização e povoamento da Colônia brasileira.

Na primeira metade do século XVIII, o trabalho educacional e de catequese da Companhia de Jesus entrou em decadência, devido à acusação de ser um empecilho à conservação da unidade cristã e da sociedade civil. Segundo Ribeiro a Companhia de Jesus “era detentora de um poder econômico que deveria ser devolvido ao governo e educava o cristão a serviço da ordem religiosa, e não dos interesses do país” (RIBEIRO, 1995; FERREIRA, 2000).

Em 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias e, conseqüentemente do Brasil. Com eles, foi transladada, também, a organização educacional fundamentada no *Ratio Studiorum*. Assim, “esfacelou-se” o sistema de ensino que havia sido construído em dois séculos.

4.3 Educação pombalina: tentativa de laicizar a educação brasileira

Sebastião José Carvalho e Melo conhecido como Marquês de Pombal, foi ministro de Estado de Dom José I, ficou no poder por vinte sete anos. Fortemente influenciado pelo



XIV SEMANA DE LETRAS
XVI SEMANA DE PEDAGOGIA
II SIMPÓSIO DE PESQUISA E EXTENSÃO (SIMPEX)

Iluminismo¹, Pombal se insere no quadro do despotismo esclarecido, em que monarcas, sem abandonar o poder absolutista, adotaram práticas e princípios liberais, medidas que não foram concebidas com naturalidade pelas elites aristocráticas brasileiras.

Uma das primeiras ações de governo implantadas pelo Marquês de Pombal foi a expulsão da ordem jesuítica, tanto da Colônia quanto da Metrópole, pois ele objetivava com essa ação estabelecer novos rumos para a educação de cunho lusitana. Pombal, de fato, estabeleceu o “novo modelo” pedagógico, fundamentado nas aulas régias (ensino do Latim, Grego e Retórica) e emancipado do *ratio studiorum*.

As aulas régias eram autônomas e isoladas, com professor único. Destarte, o novo sistema não impediu a continuação do oferecimento de estudos nos seminários e colégios das ordens religiosas que não a dos jesuítas (Oratorianos, Franciscanos e Carmelitas, principalmente). A primeira reforma pombalina iniciou-se com a reforma dos Estudos Menores, que abrangiam os estudos das primeiras letras e das cadeiras de humanidades, o que correspondia ao ensino primário e secundário. De acordo com Cardoso (2004, p. 182):

Os Estudos Menores eram formados pelas Aulas de ler, escrever e contar, também chamadas de primeiras letras como, aliás, ficaram mais conhecidas, e também pelas Aulas de humanidades, que abrangiam inicialmente as cadeiras de gramática latina, língua grega, língua hebraica, retórica e poética, mas foram acrescidas ao longo dos anos com outras cadeiras, como por exemplo, filosofia moral e racional, introduzida a partir de 1772.

Sabe-se que o processo de seleção dos professores para as Aulas Régias, a partir de 1759, realizou-se sempre por meio de concursos, motivados pela abertura de novas aulas, por aposentadoria, por morte ou por afastamento do professor cátedra da área do conhecimento. Cardoso (2004, p. 188) ressalta que não era exigido dos candidatos a professor “qualquer diploma ou comprovante de habilitação para o cargo pretendido”.

Geralmente, os docentes eram mal preparados para a função, além do mais, ganhavam pouco. Os pagamentos (de alunos) não eram cobrados com regularidade e os professores ficavam longos períodos sem receber vencimentos, ficando totalmente a mercê de uma solução vinda de Portugal. Os professores eram nomeados por indicação ou sob concordância de bispos e se tornavam “proprietários” vitalícios de suas aulas régias.

¹ O iluminismo foi um movimento global, ou seja, filosófico, político, social, econômico e cultural, que defendia o uso da razão como o melhor caminho para se alcançar a liberdade, a autonomia e a emancipação. Os iluministas defendiam a criação de escolas para que o povo fosse educado e a liberdade religiosa.



XIV SEMANA DE LETRAS
XVI SEMANA DE PEDAGOGIA
II SIMPÓSIO DE PESQUISA E EXTENSÃO (SIMPEX)

Com o fracasso da implantação do sistema, os colonizadores perceberam que era preciso modificar a situação da educação brasileira e o governo criou um imposto específico o “subsídio literário”, instituído em 1772 com o objetivo de financiar as reformas no campo da educação (para a manutenção dos ensinos primário e médio). Esse imposto, sem estrutura adequada para coleta e sem obrigatoriedade de pagamento, não foi suficiente para manter o pagamento dos professores, ação que auxiliaria no custo das despesas vinculadas às reformas.

Mas, a situação só tendia a piorar e poucas ações poderiam ser consideradas como positivas. Dentre essas, podemos citar a criação de um curso de estudos literários e teológicos, em 1776, no Rio de Janeiro; e a fundação do Seminário de Olinda, em 1798, por Dom Azeredo Coutinho, governador interino e bispo de Pernambuco. Assim, o Seminário de Olinda “tinha uma estrutura escolar propriamente dita, em que as matérias apresentavam uma sequência lógica, os cursos tinham uma duração determinada e os estudantes eram reunidos em classe e trabalhavam de acordo com um plano de ensino previamente estabelecido” (PILETTI, 1996, p. 37).

Em síntese, o período pombalino foi um caos para a educação brasileira: o sistema jesuítico foi desmantelado e nada que pudesse chegar próximo deles foi organizado para dar continuidade a um trabalho de educação. Com relação à metodologia empregada pelos professores, permanecia a influência do modelo jesuítico, de muito rigor e unidade de ação por parte dos professores. Ainda, de acordo com Holanda (1974, p. 366),

o maior benefício que o Brasil teve, com a reforma pombalina, recebeu-o de forma indireta, por intermédio da Universidade de Coimbra, inteiramente renovada, em moldes mais científicos e onde estudou uma importante elite brasileira que viria, bem cedo, desempenhar papel de destaque nos movimentos políticos do país, até levá-lo à independência.

Para o Brasil, a expulsão dos jesuítas significou, entre outras coisas, a destruição do único sistema de ensino existente no país. Para Niskier “as aulas régias era laicizar o ensino, mas a solução tornou-se mais negativa que positiva”, pois a expulsão da Companhia de Jesus trouxe enormes prejuízos, tanto para os aldeamentos, como para a educação e ensino na colônia. Para Fernando de Azevedo, foi “a primeira grande e desastrosa reforma de ensino no Brasil”. Como bem colocou Niskier (2001, p. 34):



XIV SEMANA DE LETRAS
XVI SEMANA DE PEDAGOGIA
II SIMPÓSIO DE PESQUISA E EXTENSÃO (SIMPEX)

A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas “aulas régias”, a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas. (grifo do autor).

É importante destacar que a execução do projeto da reforma pombalina não foi única, tanto para a colônia quanto para a metrópole. O Estado português levou quase trinta anos para assumir o controle pedagógico da educação, isso após a expulsão dos jesuítas. As dificuldades se fizeram em razão do desmantelamento sistemático de seu aparelho educacional, da quase inexistência dos métodos e dos recursos materiais didáticos; a tardia nomeação de um diretor Geral dos Estudos (este que deveria, em nome do Rei, planejar, executar, nomear, controlar professores e fiscalizar sua ação na colônia). O diretor, segundo Holanda, deveria ser autoridade suprema de ensino, foi mais uma figura formal do que prática (HOLANDA, 1974, p. 366).

A educação brasileira estava reduzida praticamente a nada. O sistema jesuítico foi desmantelado e nada que pudesse chegar próximo deles foi organizado para dar continuidade a um trabalho de educação. De acordo com Holanda (1974, p. 366):

As consequências de sua expulsão foram, de imediato, desastrosas no campo educacional: suprimiu-se um ensino pouco eficiente que não foi substituído por outro, melhor organizado. Portugal, que jamais gastara um real com o desenvolvimento e a manutenção do ensino na colônia, manteve a mesma política em relação à educação brasileira.

Com isso, alguns descontentes com a administração de Marquês de Pombal, articularam sua demissão. A educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais articulados por Pombal. Ou seja, se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado. Esta situação somente sofreu uma mudança com a chegada da família real ao Brasil em 1808.

4.4 Chegada da família real e a transformação da educação no Brasil

Com uma frota de quatorze navios partindo de Portugal por ameaça de invasão de Napoleão Bonaparte, em 1808, chega ao Brasil a família real. Com centenas de funcionários,



XIV SEMANA DE LETRAS
XVI SEMANA DE PEDAGOGIA
II SIMPÓSIO DE PESQUISA E EXTENSÃO (SIMPEX)

criados, assessores, pessoas ligadas à corte portuguesa, muito dinheiro, obras de arte, documentos, livros, bens pessoais e outros objetos de valor os nobres aportaram no Brasil.

Ao chegarem a “terra nova” ficaram horrorizados com a falta de infraestrutura e com o sistema educacional existente, “as novas condições político-econômicas determinaram, por isso mesmo, a inauguração de nova orientação em relação ao ensino” (HOLANDA, 1974, p. 367).

No mesmo ano da chegada, fundaram escolas técnicas, escolas vocacionais e as primeiras faculdades de Direito. Segundo Holanda (1974, p. 368), “os cursos superiores, inaugurados por Dom João VI, deram origem a importantes instituições universitárias que conservaram o caráter profissional”.

Assim, foram criados diversos cursos de nível superior: na Academia Real da Marinha (1808), Academia Real Militar (1810), Academia Médico-cirúrgica da Bahia (1808) e Academia Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro (1809). Também foram incrementadas atividades culturais até então inexistentes: Imprensa Régia (1808), Biblioteca (1810), Museu Real (1818) e a Missão Cultural Francesa (1816).

Todavia, a obra educacional de D. João VI voltou-se para as necessidades imediatas da corte portuguesa no Brasil. As aulas e cursos criados, em diversos setores, tiveram o objetivo de preencher demandas de formação profissional. Esta característica haveria de ter uma enorme influência na evolução da educação superior brasileira. Acrescenta-se, ainda, que a política educacional de D. João VI, na medida em que procurou, de modo geral, concentrar-se nas demandas da corte, deu continuidade à marginalização do ensino primário, pois o ensino primário foi esquecido e a população em geral continuou iletrada e sem acesso aos grandes centros do saber.

Segundo Lima (1969), em 1820, o povo português mostrou-se descontente com a demora do retorno da Família Real e iniciou a Revolução Constitucionalista na cidade do Porto. Isto apressou a volta de D. João VI a Portugal, em 1821, o que lhe fez deixar seu filho D. Pedro I como príncipe regente no lugar. No dia 7 de setembro de 1822, D. Pedro I declarou a Independência do Brasil e, inspirado na Constituição francesa, de cunho liberal, em 1824, outorgou a primeira Constituição brasileira.

O Art. 179 desta Lei Magna dizia que a “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”. Em 1823, na tentativa de se suprir a falta de professores instituiu-se o Método Lancaster, ou do “ensino mútuo”, onde um aluno treinado (decurião) ensina um grupo de dez



XIV SEMANA DE LETRAS
XVI SEMANA DE PEDAGOGIA
II SIMPÓSIO DE PESQUISA E EXTENSÃO (SIMPEX)

alunos (decúria) sob a rígida vigilância de um inspetor. De acordo com Lima (1969) em 1826, a Comissão da Instrução Pública da Assembleia legislativa do Estado do Rio de Janeiro queria regular todo o ensino, propõe o projeto da educação nacional – considerado de autoria do deputado cônego Januário da Cunha Barbosa – que seria estruturado como um articulador de escolas, envolvendo quatro graus de instrução: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias. O projeto referido, entretanto, não chegou a ser aprovado.

Em 15 de outubro de 1827, outro projeto, modesto e limitado, é aprovado pela Câmara dos Deputados, à escola elementar que determinava a criação de “escolas de primeiras letras” em todas as cidades e vilas, além de prever o exame na seleção de professores, para nomeação. Propunha, ainda, a abertura de escolas para meninas. Em 1834, o Ato Adicional à Constituição dispõe que as províncias passariam a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário. Graças a isso, em 1835, surge a primeira escola normal do país em Niterói. Se houve intenção de bons resultados não foi o que aconteceu, em razão das dimensões do país, a educação brasileira se perdeu mais uma vez, obtendo resultados pífios.

De acordo com Lima (1969), em 1880, o ministro Paulino de Souza lamenta o abandono da educação no Brasil, em seu relatório à Câmara. Em 1882, Ruy Barbosa sugere a liberdade do ensino, o ensino laico e a obrigatoriedade de instrução, obedecendo às normas emanadas pela Maçonaria Internacional. Em 1837, onde funcionava o Seminário de São Joaquim, na cidade do Rio de Janeiro, é criado o Colégio Pedro II, com o objetivo de se tornar um modelo pedagógico para o curso secundário. Efetivamente, o Colégio Pedro II não conseguiu se organizar até o fim do Império para atingir tal objetivo.

Até a Proclamação da República, em 1889 praticamente nada se fez de concreto pela educação brasileira. O Imperador D. Pedro II quando perguntado que profissão escolheria não fosse Imperador, respondeu que gostaria de ser “mestre-escola”. Apesar de sua afeição pessoal pela tarefa educativa, pouco foi feito, em sua gestão, para que se criasse, no Brasil, um sistema educacional.

Já, durante o período republicano (a partir de 1889) a Reforma de Benjamin Constant, bastante ampla, que dentre outras mudanças, propunha a inclusão de disciplinas científicas nos currículos e dava maior organização aos vários níveis do sistema educacional, não foi posta em prática. E, como cita Romanelli (1991, p. 42):



XIV SEMANA DE LETRAS
XVI SEMANA DE PEDAGOGIA
II SIMPÓSIO DE PESQUISA E EXTENSÃO (SIMPEX)

Faltava para sua execução, além de uma infraestrutura institucional que pudesse assegurar-lhe a implantação, o apoio político das elites, que viam nas ideias do reformador uma ameaça perigosa à formação da juventude, cuja educação vinha, até então, sendo pautada nos valores e padrões da velha mentalidade aristocrático-rural.

Estas reformas pedagógicas não foram suficientes para que os problemas educacionais fossem resolvidos, e o que percebemos é que a educação tradicional manteve-se durante este período como consequência do próprio modelo socioeconômico, que não havia substancialmente sido alterado com o advento da República:

Do ponto de vista cultural e pedagógico, a República foi uma revolução que abortou e que, contentando-se com a mudança do regime, não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas (AZEVEDO, 1964, p. 134).

Referências

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1976. Parte 3: A transmissão da cultura.

_____. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1964. 803p. esp. Parte Terceira: a transmissão da cultura.

CARDOSO, T. F. L. As Aulas Régias no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. I: séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 179-191.

FERREIRA, Lenira Weil. As contribuições do sistema educacional no Brasil-Colônia. In: **A paixão de aprender**. SME-PMPA, n. 12, p. 79-87, abr. 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira: a época colonial**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, v. 1.

_____. **História geral da civilização brasileira: o Brasil Monárquico**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974, vol. 6.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da educação no Brasil: de Pombal a Passarinho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1969. 363p.



XIV SEMANA DE LETRAS
XVI SEMANA DE PEDAGOGIA
II SIMPÓSIO DE PESQUISA E EXTENSÃO (SIMPEX)

MONROE, Paul. **História da educação**. 10. ed. São Paulo: Nacional, 1984.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

PILLETI, Nelson. **História da educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 14. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**. Lisboa: Verbo, 1982, vol. 6: O despotismo iluminado (1750-1807).

SOUSA, Maria Jesus. **Os jesuítas e a ratio studiorum: as raízes da formação de professores na madeira**. Universidade da Madeira, Islenha, 2003. p. 26-46.